



A cultura do tabaco na Região Sul do Brasil: dinâmica de produção, organização espacial e características socioeconômicas¹

Rogério Leandro Lima da
Silveira*

Resumo: Nos últimos quinze anos a geografia do mercado mundial de tabaco tem experimentado importantes mudanças em suas áreas de produção e de consumo. Nesse contexto, o Brasil consolida a sua posição de liderança nas exportações mundiais, experimentando mudanças na espacialidade e na dinâmica produtiva dessa cultura, no Sul do Brasil, principal região produtora do país. O objetivo do trabalho é o de analisar como se apresenta nesse período, a dinâmica de produção, a organização espacial e as características socioeconômicas da cultura do tabaco, nas principais microrregiões geográficas produtoras da região Sul do Brasil. O método de análise é o qualitativo de cunho descritivo e explicativo, através do emprego de revisão bibliográfica e da análise de dados secundários levantados pelo IBGE nos seus Censos Agropecuários de 1985, 1996 e 2006, e de dados sobre a produção municipal de tabaco no período de 1973 a 2007, disponibilizados pelo IPEA. Como principais resultados verifica-se a expansão da produção de tabaco para novas áreas produtoras, redefinindo a participação dos três estados do Sul. Tal expansão espacial tem ocorrido juntamente com o aumento da fragmentação da propriedade rural, com o aumento da mão de obra empregada, com a ampliação da produção do tabaco nas pequenas propriedades; e por mudanças no funcionamento do sistema integrado de produção advindas da crescente participação de intermediários na comercialização do tabaco.

* Doutor em Geografia e Planejamento Regional pela Universidade Nova de Lisboa. Professor titular na Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Palavras-chave:

Cultura do tabaco; complexo agroindustrial do tabaco; organização espacial; microrregiões produtoras de tabaco; região sul do Brasil.

Key-Words:

Tobacco Culture, Tobacco agribusiness complex, spatial configuration, tobacco producing micro-regions, South region of Brazil.

Tobacco culture in the South Region of Brazil: production dynamics, spatial organization and socioeconomic characteristics

Abstract: The last fifteen years the geography of the world tobacco market has experienced major changes in their areas of production and consumption. In this context, Brazil consolidates its leading position in world exports, experiencing changes in spatiality and productive dynamics of this culture, in southern Brazil, the main producing region of the country. The objective is to analyze as shown in this period, the production dynamics, spatial organization and the socioeconomic characteristics of tobacco cultivation in the main producing geographic micro from southern Brazil. The analysis method is the qualitative descriptive and explanatory nature, through the use of literature review and secondary data analysis collected by the IBGE in its Agricultural Censuses of 1985, 1996 and 2006, and data on the local tobacco production in the period 1973-2007, provided by the IPEA. The main results it appears the expansion of tobacco production for new producing areas, redefining the participation of three southern states. This spatial expansion has been coupled with increasing fragmentation of rural property, with the increase of the employed workforce, with the expansion of tobacco production in small farms; and changes in the functioning of the integrated system of production arising from the increasing involvement of intermediaries in tobacco marketing.

¹ As reflexões aqui apresentadas são resultado da pesquisa “Rede agroindustrial do tabaco e a dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil”, apoiada pelo CNPq, entre julho de 2008 a janeiro de 2011. O autor agradece a colaboração do geógrafo Mizaël Dornelles na elaboração das figuras.

Introdução

Nos últimos quinze anos, o mercado mundial de tabaco tem apresentado importantes mudanças na sua dinâmica de funcionamento, alterando as tradicionais áreas de produção e consumo. Em relação ao consumo, se por um lado, em razão das crescentes campanhas antitabagistas, ocorre progressiva redução do tabagismo em muitos países, notadamente nos países centrais, por outro lado, o processo de urbanização e de crescimento econômico da China contribuem para o aumento da demanda de tabaco. No âmbito da produção, ao mesmo tempo em que há redução do cultivo do tabaco nos Estados Unidos e em países europeus, amplia-se a produção nos países periféricos, como no Zimbábue, no Malawi e principalmente, no Brasil.

Tais mudanças igualmente se dão num contexto de mercado controlado oligopsônicamente por um reduzido número de corporações transnacionais que operam desde a escala global, e cujas ações e estratégias conduzem a mudanças na dinâmica de produção do tabaco, na respectiva organização espacial e nas características socioeconômicas existentes nas regiões onde a produção se realiza.

Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é abordar a expansão da cultura do tabaco em folha ocorrida nos últimos quinze anos, na região Sul do Brasil, destacando a dinâmica de produção agrícola e de agroindustrialização, a organização espacial da principal área de produção no Brasil, bem como as principais características e aspectos que envolvem o seu processo produtivo nos estabelecimentos agropecuários produtores de tabaco localizados nas principais microrregiões produtoras dessa região.

O método de análise é o qualitativo de cunho descritivo e explicativo, através do emprego de revisão bibliográfica e da análise de dados secundários levantados pelo IBGE nos seus Censos Agropecuários de 1985, 1996 e 2006, e dados sobre a produção municipal de tabaco no período de 1973 a 2007, disponibilizados pelo IPEA. Complementarmente, foram utilizados dados secundários obtidos em 2004, pelo Núcleo de Pesquisa Social (NUPES), da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, em pesquisa realizada junto à agricultores fumicultores da região do Vale do Rio Pardo-RS, bem como dados levantados pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER) através de pesquisa de campo, realizada em 2009.

O artigo, além dessa introdução, está estruturado em três tópicos. Inicialmente, apresentamos, sucintamente, um breve histórico da cultura de tabaco no país e na região Sul do Brasil, bem como destacamos algumas características e tendências recentes do mercado mundial do tabaco. Em seguida abordamos a atual organização e funcionamento desse complexo agroindustrial, identificando os seus principais agentes sociais, suas relações e interações no processo de integração produtiva. Em um terceiro e último momento, com base nos dados secundários obtidos, analisamos algumas das principais características do processo de expansão da cultura do tabaco na região e nas suas principais microrregiões produtoras, como: quantidade produzida, área colhida, produtividade, condição do produtor, grupos de área das propriedades produtoras, mão de obra empregada, e comercialização.

A produção de tabaco no Brasil e principais características e tendências do mercado mundial

Embora se identifique a presença do cultivo do tabaco e seu uso entre os indígenas, antes da colonização do Brasil, sua produção para o mercado tem início efetivo no século XVII, quando Portugal passou a incentivar o seu cultivo no Nordeste Brasileiro, com o objetivo de realizar trocas comerciais com a Europa, visando garantir o fornecimento de mão de obra escrava para a economia do açúcar (NARDI, 1996).

De acordo com Nardi (1996), a abertura dos portos às nações amigas do Brasil, em

1808, possibilitou que o plantio de tabaco até então restrito à região Nordeste, passa-se a ser realizado também em outras regiões brasileiras. A região Sul do Brasil começou a ganhar destaque na produção a partir de 1850, com a introdução do cultivo em pequenas propriedades que foram se constituindo nas áreas destinadas à colonização com imigrantes europeus, no Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Com a Segunda Guerra Mundial ocorreu uma crescente difusão do hábito de fumar com o progressivo aumento do consumo mundial de cigarros, o que levou a uma gradativa redução da produção de tabacos escuros produzidos nos estados do Nordeste do país, destinados à confecção de charutos, e à ampliação e especialização da produção de tabacos claros, ideais para a confecção de cigarros, nas regiões de pequenas propriedades familiares no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina (ETGES, 1991).

Em 1940 a região Sul já alcançava a posição de maior produtora de tabaco em folha, com 52% da produção nacional com 27.507 toneladas. Não obstante, a partir de 1970, com a intensificação da internacionalização do setor, com o incremento dado aos tratos convencionais da agricultura e o advento tecnológico também incorporado, o Sul ampliou significativamente sua produção, e em 2006 o Sul, com 871.938 toneladas, respondeu por 96,8% da produção nacional³ (SILVEIRA, 2011).

O crescimento progressivo da produção de tabaco no Sul do país, fez com que o Brasil alcançasse atualmente a posição de segundo maior produtor mundial, e desde 1993 o posto de principal país exportador.

Na safra de 2010/2011, a produção brasileira de tabaco foi de 833 mil toneladas que tiveram o seguinte destino: 85% após ser beneficiado industrialmente, foram exportados, sendo o restante consumido internamente, após a industrialização pelas fábricas de cigarros instaladas no país (SINDITABACO, 2012).

Se por um lado a longa tradição do país em cultivar e exportar o tabaco contribui para essa participação no mercado mundial, por outro lado existem fatores internos e externos que explicam e fundamentam esse desempenho.

Internamente, cabe destacar que a produção de tabaco no Sul do País, se realiza em pequenas propriedades com mão de obra familiar localizadas em regiões de solo e clima favoráveis, e conta, em seu processo de agroindustrialização, com crescente aperfeiçoamento tecnológico e intensa regulação de suas relações de produção, apresentando altos índices de qualidade e de produtividade. Isto se deve aos investimentos contínuos e as mudanças técnicas e organizacionais na produção e no processamento do tabaco, pelas agroindústrias multinacionais na região, a partir dos anos setenta. Outro fator favorável à competitividade da produção e exportação brasileiras é o baixo preço pago aos produtores de tabaco pelas agroindústrias. “No Brasil, o preço recebido pelo produtor é 4,5 vezes menor que nos Estados Unidos; 7,5 vezes menor que na Europa e 13,5 vezes menor que no Japão. (DESER, 2007, p.24). Além disso, nos últimos quinze anos, a estabilidade da economia brasileira e a farta oferta de financiamento bancário tornaram o tabaco brasileiro altamente competitivo, e o beneficiamento industrial e a exportação de tabaco, um negócio altamente lucrativo às multinacionais que controlam oligopsonicamente essa atividade no território brasileiro.

Externamente, nos quinze últimos anos, o consumo mundial de tabaco tem ficado em torno de 6,5 milhões de toneladas anuais. O mercado mundial de cigarros tem apresentado mudanças em relação às principais áreas de consumo. Áreas tradicionais de consumo de cigarro têm apresentado uma progressiva redução do tabagismo, ao mesmo tempo em que novas áreas de consumo ampliam crescentemente sua participação no mercado mundial.

Nos Estados Unidos, Canadá e em países europeus, tem ocorrido, embora com ritmos e intensidades variadas, uma diminuição do consumo pela combinação de fatores como: a diminuição no ritmo de crescimento da população; uma maior conscientização da sociedade em relação aos efeitos nocivos do cigarro à saúde; a intensificação das campanhas governa-

² Como principais Estados produtores, destacam-se, por ordem de volume e área de produção: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nestes estados atualmente se produzem tabacos claros da variedade *Virginia* e *Burley* secados, respectivamente, em estufas a base de lenha e elétricas, e em galpões. Esses tabacos, do tipo *flavour*, dão sabor ao cigarro, e são os preferidos pelo mercado internacional.

mentais contra o tabagismo; e, o aumento de impostos sobre a fabricação e comercialização de cigarros. Ainda assim, em alguns países como Alemanha, Inglaterra, França, Itália e Espanha o consumo se mantém elevado tornando esses países importantes mercados para o tabaco. No Leste europeu, após a queda do muro de Berlim e com o avanço da economia capitalista, tem havido um progressivo aumento no consumo de cigarros (FAO, 2003).

Já em países como a China, a Coréia do Sul, o Japão, a região do Sudeste Asiático, especialmente países como Filipinas, Indonésia e Malásia, e a Austrália, têm sido os locais onde o consumo de tabaco tem ampliado significativamente nos últimos quinze anos, através das crescentes vendas de cigarro. Tal ampliação do consumo, especialmente de marcas globais de cigarros, se deve também a fatores sociais, como o aumento da população urbana, uma maior prosperidade da nova classe média e o estímulo para atualizar seu padrão de consumo – adquirindo principalmente cigarros importados –, e a progressiva liberalização feminina e adoção pelas mulheres de hábitos de consumo até então restritos aos homens, como beber e fumar. As massivas e poderosas campanhas promocionais e de marketing realizadas pelas corporações multinacionais também contribuem para esse aumento de consumo.

Nesses países em que a demanda tem se mantido ou mesmo ampliada crescentemente como na China, na Indonésia, e nos países do Leste Europeu, tem aumentado a procura por tabacos claros e com sabor que possibilitam a confecção dos vários blends que caracterizam cada marca de cigarro. Isso tem sido favorável ao Brasil já que países tradicionais exportadores concorrentes desse tipo de tabaco como os Estados Unidos vêm perdendo posições no mercado mundial em razão do aumento no custo de produção e da diminuição da área plantada. Outros países concorrentes como o Zimbábue e o Malui, tem apresentado um desempenho irregular na última década, oscilando aumento e queda nos volumes produzidos, em razão de problemas econômicos e políticos internos. Muito embora, nos últimos três anos esses países tenham iniciado a retomada de níveis maiores de produção e exportação, impondo aos fumicultores brasileiros uma forte concorrência pelo mercado europeu, tradicional comprador de tabaco oriundo do Brasil e dos países africanos.

A participação da produção brasileira de tabaco nesses últimos quinze no mercado mundial tem se consolidado como principal área de produção de tabacos tipo *flavours* que conferem sabor ao cigarro. Todavia, muitas incertezas também se colocam em relação à manutenção, no futuro próximo, dessa condição de principal país exportador e do próprio desenvolvimento da fumicultura na região Sul do país, principalmente em razão da aprovação, em 2003, da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco – tratado internacional instituído por 192 Estados membros da Organização Mundial da Saúde.

Dentre as principais medidas que os 170 países que já são signatários deverão observar na implementação da Convenção-Quadro estão a implementação de políticas públicas que promovam a redução da demanda por tabaco, a redução da oferta de produtos do tabaco, a proteção à saúde das pessoas e ao meio ambiente, a inclusão da responsabilidade civil e penal no descumprimento das ações e normas advindas com a implementação dessas políticas.

Nesse sentido, embora o tratado internacional não proponha a extinção das lavouras de tabaco, mas sim a redução do consumo do cigarro a médio e longo prazos, poderá levar à diminuição da demanda de produção do tabaco. Como a produção do Sul do Brasil é em sua grande parte exportada para os mercados consumidores europeu, americano e asiático, muito provavelmente o ritmo de implementação das políticas de controle do consumo do cigarro nesses países é que definirá também o ritmo de redução na demanda pelo tabaco brasileiro. Isso coloca para a região Sul do país, a expectativa sombria de que, a partir desse período, os agricultores venham a experimentar uma significativa perda de renda, e os municípios produtores de fumo passem a apresentar uma gradativa queda na arrecadação de impostos e nos níveis de emprego de trabalhadores rurais e urbanos.

Organização e funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco na região Sul

O complexo agroindustrial do tabaco é constituído pelas seguintes etapas: comercialização de insumos, o financiamento, a produção agrícola, a comercialização, o processamento industrial, e a exportação do tabaco. Estas etapas, principalmente a partir da década de 1960, passaram a serem realizadas sob a hegemonia oligopolista das corporações multinacionais que operam no mercado internacional de tabaco. Atualmente, quatro dessas multinacionais – a *Universal Leaf Tobacco*, a *Alliance One International*, a *British American Tobacco* (através da Cia. Souza Cruz S/A), e a *Japan Tobacco International* – comandam a produção agroindustrial e a exportação de tabaco em folha nessa região e no País. Estas multinacionais respondem, em conjunto, por aproximadamente 80% do beneficiamento industrial do tabaco brasileiro e pela sua comercialização interna e para o exterior, demonstrando o forte controle que essas empresas têm sobre a produção nacional e sobre o funcionamento do complexo agroindustrial de tabaco em folha no país.

O complexo agroindustrial do tabaco no Brasil está instalado, principalmente, na região Sul do país, onde a produção de tabaco é realizada por 187 mil famílias de agricultores em pequenas propriedades com área média de 16,4 ha, localizadas em 704 municípios nos três Estados do Sul do Brasil, enquanto o processamento é realizado nas principais usinas e unidades de compra de tabaco instaladas no território, empregando cerca de 30 mil pessoas, entre trabalhadores efetivos e temporários (SINDITABACO, 2012).

As principais plantas de processamento das empresas de tabaco estão instaladas no Rio Grande do Sul, na microrregião de Santa Cruz do Sul, notadamente nas cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz, onde se processam cerca de 80% da produção de tabaco do Sul do Brasil. O restante é realizado nas usinas de processamento localizadas nas cidades catarinenses de Joinville e Blumenau, e na paranaense Rio Negro. Em Santa Catarina e no Paraná a distância das áreas de produção agrícola de tabaco em relação às principais e maiores usinas de processamento, instaladas no Rio Grande do Sul, levou às empresas multinacionais a instalarem unidades de compra de tabaco próximas às áreas de produção, que depois enviam o tabaco para ser processado nas usinas gaúchas. Compõe esse complexo as fábricas de cigarro da Phillip Morris e da Souza Cruz, instaladas respectivamente, em Santa Cruz do Sul e Cachoeirinha.

Na região Sul também se localiza as principais organizações políticas e sindicais das empresas, como o Sindicato das Indústrias de Tabaco – SINDITABACO, com sede em Santa Cruz do Sul, e dos produtores de tabaco, como são os casos da Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, com sede em Santa Cruz do Sul, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - FETRAF – SUL, com sede em Chapecó-SC, e o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, organizado nos principais municípios produtores de tabaco. Tais atores com distintos interesses políticos e estratégias diferenciadas de ação ditadas pela sua posição política na disputa em relação à apropriação e distribuição dos ganhos advindos com a cultura do tabaco, participam ativamente da dinâmica de expansão da fumicultura e da organização espacial da agroindustrialização do tabaco na região.

O funcionamento do complexo agroindustrial do tabaco no Sul e sua regulação ocorrem através do desenvolvimento do sistema integrado de produção. Nele, as famílias de agricultores produtoras de tabaco, por meio de contrato firmado com as empresas agroindustriais, comprometem-se em produzi-lo na quantidade e de acordo com as exigências técnicas das empresas, e a entregarem toda a sua produção, em troca da garantia das empresas em realizar o fornecimento de insumos, a assistência técnica, e a intermediação de financiamento junto aos bancos. As empresas igualmente se comprometem a realizar o transporte das propriedades rurais até as usinas ou postos de compra das empresas, e, principalmente, a compra integral da produção. Nessa compra do tabaco, ocorre um controle unilateral das empresas na classifica-

ção das folhas entregue pelos produtores nas unidades de compra e nas usinas, o que permite às empresas obterem alta lucratividade, ao mesmo tempo em que ampliam a subordinação econômica, e os níveis de apropriação do sobretrabalho dos agricultores produtores de tabaco.

Desde meados dos anos noventa com o aumento da demanda do tabaco pelo mercado internacional, notadamente na China, Índia e demais países do sudeste asiático, tem-se intensificado a competição entre as multinacionais por novos fornecedores de tabaco o que tem ocasionado perturbações no funcionamento do sistema integrado de produção de tabaco. Uma delas é a compra do tabaco produzido por fumicultores contratualmente ligados a outras empresas multinacionais, por empresas intermediárias, denominadas pelos agricultores de “picaretas”. Outra, de acordo com Buainain e Souza Filho (2009, p.219), é que “as empresas integradoras adotaram políticas de redução dos custos do sistema de integração, aumentando, por exemplo, a relação número de produtores - número de orientadores. O orientador tornou-se muito mais um agente de crédito, um vendedor de insumos, um comprador de tabaco e um agenciador de produtores do que um extensionista rural e um supervisor de produção.”

A divisão territorial do trabalho no setor agroindustrial tabaqueiro e sua correspondente organização espacial na região também apresentam em sua dinâmica forte influência de ações, normas e objetos estabelecidos no território, em momentos passados. Com base em SANTOS (1996) e SANTOS e SILVEIRA (2001), verificamos que a inércia da organização espacial da produção nas pequenas propriedades rurais e de seu processamento nas usinas urbanas, bem como a manutenção do sistema integrado de produção, articulando a produção e a comercialização do tabaco e regulando as relações entre os agentes sociais envolvidos, são exemplos de objetos e normas que permanecem desempenhando papel preponderante na organização espacial da região.

Além disso, a divisão territorial do trabalho também reflete as atuais lógicas territoriais e estratégias de ação das multinacionais na região. Estas, através do uso corporativo do território, materializam uma dada organização espacial que lhes é, particularmente, racional e funcional. Isso se expressa através da incorporação de novas áreas de plantio de tabaco, da (re) distribuição de pontos de compra e de depósito de tabaco, da instalação e/ou ampliação de novas usinas de processamento, e da instalação de novos pontos de gestão, bem como das ações de empresas fornecedoras de insumos, equipamentos e de serviços complementares que se instalam seletivamente no território.

A atual divisão territorial do trabalho tanto consolida as especializações e as funções produtivas que alguns lugares da região anteriormente já desempenhavam quanto traduz as mudanças qualitativas e quantitativas através das quais os diferentes lugares participam da produção agroindustrial tabaqueira. Há uma dispersão e expansão espacial do cultivo de tabaco nas áreas rurais dos municípios das principais microrregiões tabaqueiras da região Sul do país. Simultaneamente, o processamento industrial e o gerenciamento da produção ocorrem em determinadas cidades em que as multinacionais têm instaladas suas usinas de processamento e suas principais divisões de compra.

Já as atividades de gerenciamento da comercialização e de exportação do tabaco e seus derivados, se concentram principalmente nas cidades de Santa Cruz do Sul – RS, onde a Souza Cruz (subsidiária da BAT) e a *Universal Leaf* possuem seus *stafs* diretivos encarregados da comercialização e da exportação do tabaco cultivado na região, e na cidade de Vera Cruz, onde igualmente a *Alliance One* Tabacos tem instalada sua divisão administrativa no país. Já a transformação industrial do tabaco em cigarro tem sido realizada nas cidades de Curitiba – PR e em Santa Cruz do Sul - RS, através de fábricas da Phillip Morris, e em Cachoeirinha – RS, através da fábrica de Souza Cruz.

Participam ainda da divisão territorial do trabalho agroindustrial do tabaco inúmeras outras cidades localizadas, sobretudo nas regiões Sul e Sudeste do país, mas também no exterior, de onde provêm insumos químicos, biológicos para o plantio, equipamentos para a cura,

equipamentos e máquinas para o processamento industrial, insumos para o acondicionamento do produto a ser exportado, e equipamentos e máquinas para a fabricação do cigarro.

Funcional às grandes empresas multinacionais, esse padrão de organização espacial revela a busca de uma configuração territorial ideal, isto é, de um território que a cada momento fosse o mais rentável para as empresas agrotabaqueiras (CORRÊA, 1994). Com base nessa razão dominante, o desenvolvimento da agroindustrialização do tabaco envolve, simultaneamente, o equipamento e a modernização seletiva e desigual dos lugares, quanto ao seu conteúdo técnico-científico e informacional, e a valorização combinada de distintas relações sociais de produção, através da extração do sobretrabalho familiar dos fumicultores nas áreas rurais e a extração de mais-valia dos trabalhadores temporários e efetivos nos principais núcleos urbanos (SILVEIRA, 2007).

Características da expansão da cultura do tabaco no Sul do Brasil

A análise dos dados obtidos nos Censos Agropecuários do IBGE, de 1985, 1996 e 2006, e dos dados e informações levantados junto à AFUBRA (Associação dos Fumicultores do Brasil) relativos a algumas variáveis – produção, área colhida e produtividade do tabaco, condição do produtor, grupos de área das propriedades produtoras de tabaco, mão de obra empregada e comercialização do tabaco – permitiu identificar e compreender melhor algumas das principais características do processo de expansão da cultura do tabaco no Sul do Brasil, notadamente da organização e do funcionamento da produção agroindustrial de tabaco nas áreas rurais produtoras.

Observando a Tabela 1, verifica-se que entre 1985 e 2006, a região Sul do país ampliou a sua participação de 87% para 95% da produção nacional de tabaco, e de 82% para 91% do total da área colhida de tabaco no país.

Observa-se também que nesse período tivemos na região Sul um aumento expressivo de 154% na produção de tabaco, resultante do acréscimo de 249 mil novos hectares colhidos com tabaco.

Tabela 1 – Brasil, Região Sul, Estados e microrregiões selecionadas: Quantidade produzida, área colhida e produtividade da lavoura de tabaco – 1985, 1996 e 2006

Unidades Territoriais	Quantidade Produzida (toneladas)			Área colhida (hectares)			Produtividade (tonelada/hectare)		
	1985	1996	2006	1985	1996	2006	1985	1996	2006
Brasil	408.394	451.418	1.109.036	276.187	304.376	567.970	1,47	1,48	1,95
Sul do Brasil	356.404	413.342	1.049.724	227.397	267.234	516.733	1,56	1,54	2,03
Rio Grande do Sul	164.824	196.904	448.534	106.404	127.554	234.108	1,54	1,54	1,92
Santa Cruz do Sul	60.796	69.566	137.524	35.981	40.635	68.845	1,68	1,71	1,99
Pelotas	5.984	13.848	77.450	3.752	9.522	38.052	1,59	1,45	2,03
Santa Catarina	161.559	163.310	306.530	103.659	101.520	154.702	1,55	1,61	1,98
Canoinhas	13.582	26.790	70.651	7.107	15.785	32.674	1,91	1,69	2,16
Rio do Sul	31.598	27.872	46.856	17.650	17.318	23.395	1,79	1,60	2,00
Paraná	30.021	53.128	294.660	17.334	38.160	127.923	1,73	1,39	2,30
Irati	4.890	9.497	125.480	2.330	6.339	50.304	2,09	1,49	2,49
Prudentópolis	4.712	13.738	48.342	2.042	9.906	21.257	2,30	1,38	2,27

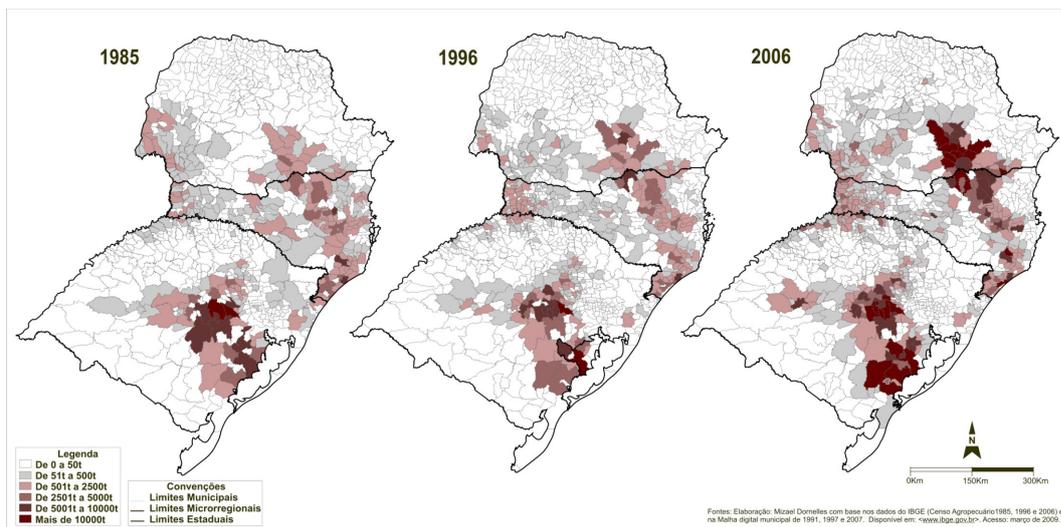
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985, 1996 e 2006.

No contexto da região Sul, em 2006, o principal Estado produtor ainda permanece sendo o Rio Grande do Sul com 43% da produção regional e com 45% da área colhida de tabaco na região. Já Santa Catarina tem apresentado uma constante redução na sua participação na produção sul brasileira de tabaco, de 45%, em 1985 para 29% em 2006, e também na área colhida de tabaco de 46% para 29%. No Paraná tivemos um expressivo e constante crescimento da lavoura de tabaco

nesse período de 1985 a 2006, ampliando significativamente a participação do estado na produção regional de 8% para 28% na quantidade produzida, e de 8% para 25% na área colhida de tabaco³.

A dinâmica de expansão da área colhida de tabaco, entre 1996 e 2006, no território da região Sul também pode, complementarmente, ser observada na figura 1, que evidencia a distribuição da área colhida com tabaco, por microrregiões geográficas, em 1996 e em 2006.

Figura 1 – Sul do Brasil: Expansão da área colhida de tabaco por microrregião geográfica em 1985, 1996 e 2006



³ Embora, a pesquisa que embasa nossa análise nesse artigo tenha sido realizada com base, sobretudo nos dados dos Censos Agropecuários de 1985, 1996 e 2006, levantados pelo IBGE, é preciso destacar, de acordo com dados mais recentes da Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE, que entre 2007 e 2010 ocorreu uma redução na produção sul-brasileira de tabaco, na ordem de 13,53%. Todavia essa tendência não foi a mesma nos três estados do Sul, enquanto no Rio Grande do Sul, a redução foi de 27,63%, resultado principalmente do intenso período de seca nos meses de verão em 2009, em Santa Catarina e no Paraná, ocorreu, respectivamente, um aumento de 1,50% e de 5,26%, no mesmo período. Esta redução na produção brasileira de tabaco também pode estar associada à crise econômica mundial, que a partir de 2008, se intensifica, sobretudo na Europa, principal destino das exportações brasileiras.

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários 1985, 1996 e 2006. Observação: Em destaque as principais microrregiões produtoras de tabaco. Organização Mizaél Dornelles.

No Estado do Rio Grande do Sul, além da manutenção da importância da produção da microrregião de Santa Cruz do Sul, tradicional e principal área fumageira do estado, também no Sul do estado, na microrregião de Pelotas tem ocorrido intensa expansão da lavoura de tabaco, em substituição a cultura de pêssego e aspargo, em crise desde o final dos anos 1990, diante da concorrência com a produção argentina. Em Santa Catarina ganhou crescente importância a produção de tabaco realizada na microrregião de Canoinhas, no Planalto Norte Catarinense, que superou tanto em quantidade produzida como e em área colhida de tabaco a microrregião de Rio do Sul tradicional área de produção catarinense. Já no Paraná o crescimento da cultura do tabaco tem como principal esteio a substancial ampliação da produção e da área destinada ao tabaco nas microrregiões de Iratí e Prudentópolis.

No entanto, é preciso considerar que esse forte aumento na produção deve-se também ao progressivo aumento da produtividade ocorrido na lavoura de tabaco, muito embora os níveis de crescimento da produtividade não tenham ocorrido de modo constante e homogêneo no conjunto das microrregiões e estados em razão do risco climático expresso na ocorrência espacialmente desigual de períodos de seca, de chuva prolongada, de granizo, etc.

Os dados da tabela 1, acima, evidenciam que se em 1985, a produtividade na região Sul era de 1,56 tonelada/hectare, em média, em 2006 ela ampliou para 2,03 tonelada/hectare. Resultado da crescente e intensa introdução de um conjunto de novas normas técnicas de produção agrícola e de cura do tabaco pelas empresas agroindustriais; do crescente, e ainda que desigual, uso de novos objetos técnico-científicos e informacionais pelos produtores de tabaco integrados às agroindústrias multinacionais de tabaco.

Tais mudanças técnicas no modo de produção e cura do tabaco, que ainda se faz, sobretudo através do emprego da mão de obra familiar, têm contribuído para o aumento da produtividade. Na etapa de produção, é cada vez maior o conjunto de novos tratamentos culturais envolvendo o uso de sementes com melhoramento genético, o emprego do sistema flo-

at (Bandejas EPS) para o cultivo das mudas, e o uso de novos compostos de fertilizantes e agrotóxicos. Ao mesmo tempo, na etapa de cura das folhas de tabaco, novos instrumentos eletrônicos de controle de temperatura e de umidade, e novos sistemas de acondicionamento por meio de grampos de metal passaram a ser utilizados no interior das estufas. Estas, por sua vez, também se modernizaram com emprego de novos sistemas de circulação de ar quente, novas fornalhas e novas fontes de energia, como as estufas elétricas.

O desenvolvimento da pesquisa também evidenciou que as inovações técnicas que surgiram na produção de tabaco realizada nesse período na região, não significaram a redução ou o fim do trabalho manual dos produtores, que continuou sendo de vital importância para a manutenção da qualidade do tabaco produzido na região. A produção de tabaco em folha, de modo geral, manteve-se como antes, essencialmente, sendo realizada através do emprego intensivo da mão de obra dos agricultores familiares e regulada pelo sistema integrado de produção. A regulação desse sistema, através da celebração de contratos de compra e venda de tabaco entre agricultores e empresas, continuou sendo o principal meio de regulação das relações sociais de produção entre produtores e agroindústrias, e como instrumento maior da cooperação entre esses agentes.

A produção de tabaco, além de continuar a envolver o emprego intensivo da força de trabalho das famílias produtoras – contando muitas vezes inclusive com o trabalho infantil –, e, em alguns casos, a contratação de trabalhadores temporários durante a colheita do tabaco, também se caracteriza pelo uso de um conjunto renovado de insumos químicos, biológicos e mecânicos.

O modo de produção do tabaco tem recentemente incorporado inovações tecnológicas e experimentado novas orientações e informações técnicas repassadas pelas agroindústrias tabaqueiras aos produtores, o que têm possibilitado a ampliação dos níveis de qualidade e de produtividade do tabaco produzido na região. Muitas das inovações técnicas empregadas na produção de tabaco foram obtidas através de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico realizadas pelas empresas tabaqueiras em seus centros de pesquisa na região, ou da cooperação dessas empresas com instituições de pesquisa na região.

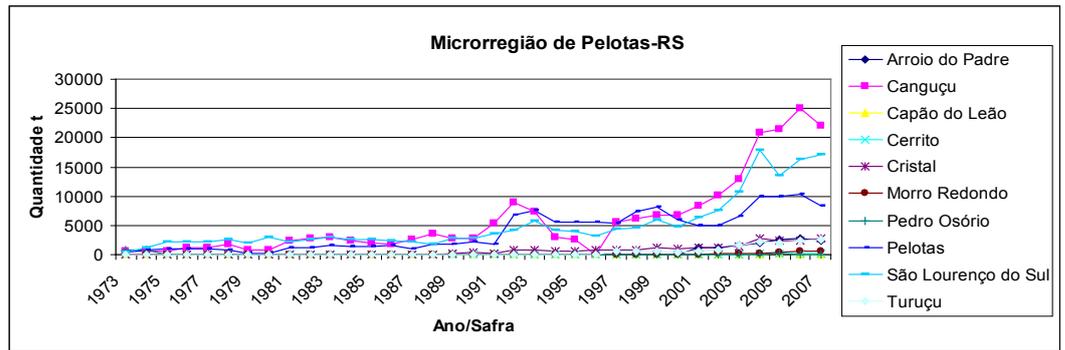
Também tem ocorrido o emprego e a difusão de novos equipamentos e insumos biológicos e químicos adquiridos pelas empresas agroindustriais de tabaco junto às empresas fornecedoras, e depois repassados aos produtores⁴. O emprego desses novos objetos técnicos e a difusão de novas informações e técnicas produtivas tem permitido às empresas agroindustriais tabaqueiras atender às atuais exigências do mercado mundial quanto à necessária padronização do tabaco em folha produzido na região, especialmente no que se refere à sua densidade, à cor, ao sabor, aos níveis de umidade e teores de nicotina.

A introdução e difusão de tais inovações tecnológicas pelas empresas multinacionais junto aos produtores de tabaco acompanhada da extração do sobretrabalho e consequente subordinação econômica dos agricultores, estão na base da dinâmica de expansão da área cultivada e da quantidade produzida nas principais microrregiões produtoras. Nessa dinâmica de crescimento da produção, observam-se áreas de produção de tabaco que têm se consolidado e áreas que se caracterizam como áreas de expansão do cultivo do tabaco.

Entre 1985 e 2006 a microrregião de Santa Cruz do Sul-RS consolidou-se como principal área de produção do país, apresentando no período um aumento de quase 170% na produção de tabaco. Como área de expansão do tabaco no Rio Grande do Sul, a microrregião de Pelotas igualmente apresentou no período, intenso crescimento na produção de tabaco de 26 vezes, tornando-se em 2006 a terceira microrregião com maior produção na região. A figura 2 ilustra que a partir dos anos 1990 a produção de tabaco na microrregião de Pelotas passou a ser liderada pela produção municipal principalmente de Canguçu, e secundariamente de São Lourenço do Sul e de Pelotas.

⁴ Tivemos também inovações biotecnológicas articuladas à difusão do sistema float, como foi a produção de sementes híbridas de tabaco através do uso de técnicas de melhoramento genético que selecionam genótipos superiores e possibilitam a produção de sementes com maior qualidade, produtividade e resistência aos nematóides e às doenças e pragas comuns à lavoura do tabaco. (SILVEIRA, 2011).

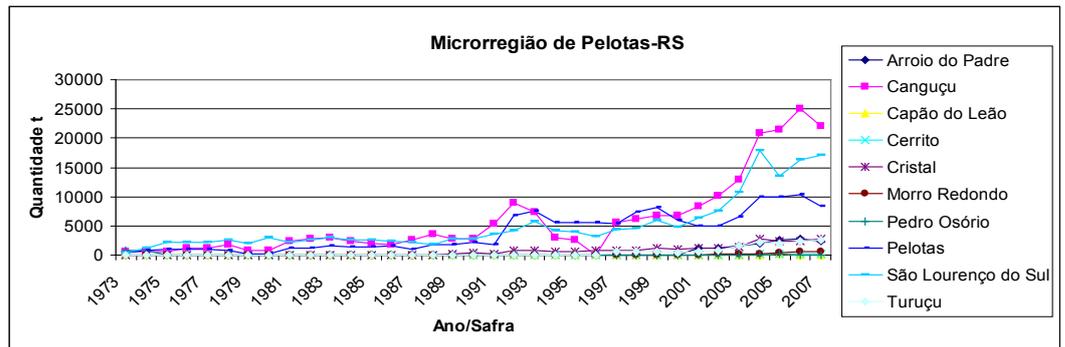
Figura 2 – Microrregião de Pelotas-RS: Produção de fumo entre 1973 a 2007



Fonte: IPEA-DATA. Organização Mizael Dornelles.

Já a microrregião de Canoinhas-SC apresenta no período um crescimento no volume produzido de tabaco de 415% e consolida-se como a principal microrregião produtora de tabaco em Santa Catarina, embora perca uma posição no ranking regional. A figura 3 evidencia a significativa contribuição da produção dos municípios de Canoinhas, Itaiópolis e Santa Terezinha principalmente a partir de 1993.

Figura 3 – Microrregião de Canoinhas-SC: Produção de fumo entre 1973 a 2007



Fonte: IPEA-DATA. Organização Mizael Dornelles.

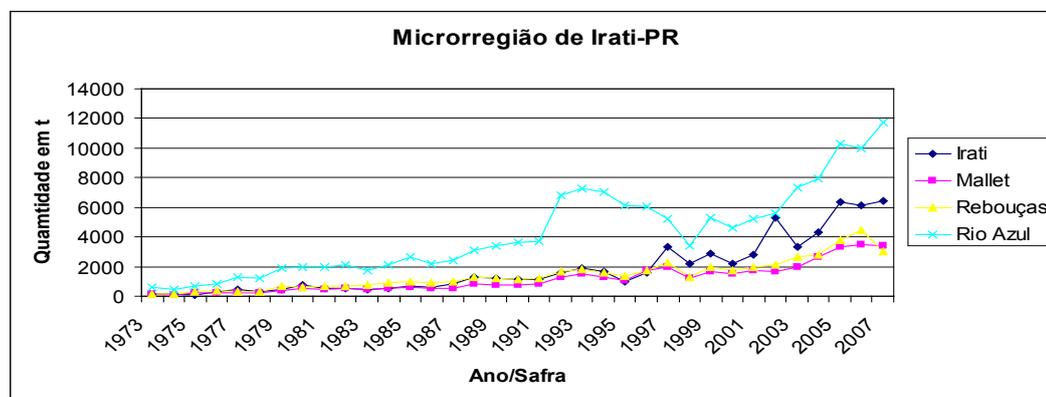
Por sua vez, os dados revelam também onde essa expansão do tabaco tem se mostrado mais intensa. Esse é o caso da microrregião de Irati-PR que embora seja uma tradicional área de produção de tabaco, assume em 2006 a segunda posição em volume produzido, apresentando um extraordinário crescimento de aproximadamente 32 vezes quando comparado a 1985. A figura 4 ilustra bem a destacada participação que a produção municipal de Rio Azul e de Irati, teve na total da produção microrregional, a partir respectivamente de 1993 e 1998. Também a microrregião de Prudentópolis-PR – como parte integrante da zona de expansão da produção de tabaco no Paraná – apresenta um intenso crescimento ampliando, nesse período, sua produção em 172%.

A ampliação da produção de tabaco nas propriedades rurais das áreas tradicionais de plantio e nas áreas de expansão tem sido resultado principalmente do aprofundamento da relação de subordinação técnica e econômica dos produtores de tabaco e do aumento da exploração do trabalho familiar pelo capital agroindustrial.

Além desses fatores, o incremento da produção também se deve ao aumento da área plantada de tabaco que tem substituído gradativamente o cultivo de outras culturas tradicionais e de subsistência como a batata e o feijão, como no caso de Prudentópolis e Irati no Paraná, ou mesmo de outras culturas como o pêssego e aspargos por conta da crise das agroindústrias de conservas, como ocorreu em Pelotas, no Rio Grande do Sul. Para esses agricultores a menor rentabilidade, a maior dificuldade

de financiamento, os custos de transporte e a incerteza do ponto de vista da comercialização, levam a substituição de tais culturas pelo tabaco, por conta da maior segurança e lucratividade que o sistema integrado de produção do tabaco aparenta possuir. (SILVEIRA, 2011).

Figura 4 – Microrregião de Irati-PR: Produção de fumo entre 1973 a 2007



Fonte: IPEA-DATA. Organização Mizael Dornelles.

Associado ao aumento de propriedades e da área plantada com tabaco também houve, entre 1985 e 2005, um aumento significativo do número de estufas utilizadas na cura do tabaco da variedade Virginia, totalizando a construção de 93.520 novas estufas. O impacto ambiental desse processo foi a redução de 96.260 ha de áreas de mata nativa das propriedades. Combinadamente, os hectares de matas exóticas reflorestada nas propriedades produtoras de fumo, ampliaram no período, num montante de 61.050 ha. Tal evolução evidencia a necessidade de um grande consumo de biomassa como fonte de energia para curar as folhas de fumo no interior das estufas construídas nesse período. Apesar da crescente introdução de estufas elétricas, o elevado custo da energia elétrica, ou mesmo sua indisponibilidade em muitas das áreas rurais, faz com que ainda prepondera o uso da lenha no funcionamento das estufas.

Além da expansão da área colhida e da introdução de mudanças técnicas inseridas pelas empresas multinacionais no sistema integrado de produção de tabaco, outras variáveis relativas à condição do produtor de tabaco e a estrutura fundiária das propriedades produtoras de tabaco, revelam igualmente, nesse período, outras características da expansão da cultura do tabaco no território do Sul do Brasil.

A Tabela 2 evidencia que entre 1996 e 2006, os produtores de tabaco que são proprietários da terra permanecem respondendo pela quase totalidade da produção regional, sendo responsáveis, em 2006 por 81% do tabaco produzido. Nos três Estados do Sul esse desempenho dos proprietários é praticamente similar.

Tabela 2 – Quantidade relativa de tabaco produzido e condição do produtor: 1996 e 2006

Unidade	Proprietário		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		*Assentado	
	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996	2006	1996
Sul	81,44%	78,54%	7,92%	8,46%	2,82%	7,45%	5,65%	5,55%	1,07%	-
PR	79,27%	79,01%	9,10%	7,56%	1,73%	4,33%	8,05%	9,10%	1,22%	-
SC	85,12%	80,64%	6,83%	9,58%	1,22%	4,15%	3,67%	5,63%	1,84%	-
RS	80,37%	76,68%	7,88%	7,76%	4,62%	11,04%	5,43%	4,51%	0,43%	-

SC=Santa Catarina; PR=Paraná e RS=Rio Grande do Sul. *Assentado = sem titulação definitiva.

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 1996 e 2006.

Chama atenção que tanto na região quanto nos Estados ocorreu um aumento, embora pequeno, no percentual de participação dos proprietários na produção de tabaco, ao passo que de modo geral diminuiu a participação das demais condições dos produtores, evidenciando que a expansão da produção tem sido implementada pelos proprietários, através do aumento da área destinada à lavoura de tabaco. Em 2006, na região Sul do Brasil, os proprietários responderam por 854.942 toneladas de tabaco, enquanto que os arrendatários, os posseiros e os ocupantes responderam, respectivamente, por 83.127 ton., 59.299 ton., e 29.586 toneladas.

Houve pequena redução na participação dos arrendatários na produção regional de tabaco, influenciada pelo decréscimo na participação dos arrendatários em Santa Catarina, de 9,58% para 6,83% da produção. Quanto à participação dos parceiros na produção regional de tabaco, percebe-se uma redução de 7,45% para 2,82%, influenciada principalmente pela redução que ocorreu no Rio Grande do Sul (de 11,04% para 4,62%). Chama atenção também, embora com inexpressiva participação no total da produção regional, a presença das lavouras de tabaco em áreas de assentamento, variável nova incorporada ao Censo Agropecuário de 2006.

Já as Tabelas 3 e 4 permitem observar melhor a distribuição da produção de tabaco por grupos de área dos estabelecimentos no período entre 1996 e 2006. Através delas, verificamos mudanças importantes.

Tabela 3 - Região Sul e Estados: Quantidade produzida de tabaco (em t e %) e grupos de área total/1996

Unidade territorial	Sul	%	Paraná	%	Santa Catarina	%	Rio Grande do Sul	%
Menos de 5 ha	54.260	13,13	9.960	18,75	18.978	11,62	25.321	12,86
5 a menos de 10 ha	90.635	21,93	12.265	23,09	35.946	22,01	42.423	21,55
10 a menos de 20 ha	131.403	31,79	14.713	27,69	52.347	32,05	64.343	32,68
20 a menos de 50 ha	111.715	27,03	12.389	23,32	45.012	27,56	54.314	27,58
50 a menos de 100 ha	20.117	4,87	2.891	5,44	9.132	5,59	8.093	4,11
100 ha e mais	5.211	1,26	909	1,71	1.894	1,16	2.408	1,22
Total	413.341	100,00	53.127	100,00	163.309	100,0	196.902	100,00

Fonte: IBGE Censo Agropecuário, 1996.

Tabela 4 - Região Sul e Estados: Quantidade produzida de tabaco (em t e %) e grupos de área total/2006

Unidade territorial	Sul	%	Paraná	%	Santa Catarina	%	Rio Grande do Sul	%
Menos de 5 ha	512.196	48,92	101464	34,43	150.042	48,95	260.688	58,48
5 a menos de 10 ha	133.659	12,77	14.706	4,99	49.130	16,03	69.823	15,66
10 a menos de 20 ha	55.030	5,26	10.324	3,50	17.201	5,61	27.505	6,17
20 a menos de 50 ha	115.891	11,07	15.552	5,28	30.292	9,88	70.047	15,71
50 a menos de 100 ha	100.719	9,62	61.986	21,04	25.651	8,37	13.082	2,93
100 ha e mais	129.475	12,37	90.627	30,76	34.214	11,16	4.634	1,04
Total	1.046.970	100,00	294.659	100,00	306.530	100,0	445.779	100,00

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2006.

Isso, com certeza, justifica nesses estabelecimentos a opção dos agricultores pelo tabaco, já que ele é plantado em média em lavouras de 2 a 3 ha, geralmente com o uso da força de trabalho familiar. Outro ponto a destacar é o aumento de 6 para 22% na participação dos estabelecimentos agropecuários nas faixas de 50 ha ou mais na produção

regional de tabaco, aumento influenciado principalmente pela maior participação desses estabelecimentos agropecuários na produção de tabaco em Santa Catarina e no Paraná, que passaram, respectivamente de 6% e 7%, em 1996, para 19% e 52%, em 2006. Este crescimento significativo nos estabelecimentos agropecuários com 50 ha ou mais, revela uma mudança no tradicional e predominante padrão do tamanho das propriedades rurais – que é a pequena propriedade – com a ampliação das áreas destinadas ao cultivo. Com base nas entrevistas realizadas com lideranças sindicais dos trabalhadores rurais tal mudança tem sido implementada pela produção de tabaco por arrendatários em parte das propriedades de grandes proprietários, como verificado em alguns estabelecimentos que criam gado, ou produzem arroz no Rio Grande do Sul, mas os dados secundários disponíveis ainda não possibilitam uma resposta definitiva.

A expansão da cultura do tabaco no Sul do Brasil, no período de 1985 a 2005, também se caracteriza pelo aumento da mão de obra empregada. Na safra de 1985 havia aproximadamente 110 mil famílias trabalhando no cultivo do tabaco, contingente 68% menor do que aquele registrado na safra de 2009, quando tínhamos cerca de 185 mil famílias ocupadas na produção do tabaco – o que revela que nesse período, houve um crescimento médio anual de 2,6% no número de famílias produtoras na região.

A expansão da produção do tabaco no Sul do Brasil tem se realizado notadamente através do cultivo pelas famílias de fumicultores da variedade Virginia, pela maior qualidade e valorização da produção, mas que para isso exige intensa carga de trabalho ao longo das etapas de plantio, colheita e cura nas estufas. Cabe destacar, a existência de dois grupos predominantes de tabaco em folha cultivados o grupo estufa com destaque para o tabaco tipo Virgínia e o grupo dos tabacos de galpão, com destaque para o tipo Burley. O primeiro requer solo leve, arenoso e com baixo teor de matéria orgânica ao contrário do segundo que necessita solos ricos em matéria orgânica.

Em linhas gerais, estes são os dois tipos de tabaco mais plantados na região Sul do país. Segundo AFUBRA (2010), na safra 2009/10, foram produzidos no Brasil, 94,6 mil toneladas do Burley e 588,4 mil toneladas do Virgínia.

Atualmente a discussão acerca dos tipos de tabaco envolve a resolução 112 da Agência Nacional da Vigilância Sanitária (Anvisa), que trata dos aditivos e saborizantes do cigarro. A proposição desta resolução é de restringir ou ainda proibir o uso de ingredientes nos cigarros, como açúcares, flavorizantes e umectantes, uma vez que estes aumentam a palatabilidade dos cigarros e podem aumentar seu nível de viciabilidade.

Nesse sentido, a restrição quanto ao uso de aditivos comprometerá principalmente tabacos de galpão, no caso da região Sul o tipo Burley, que por ser seco ao ar livre, perde o açúcar natural durante o processo de secagem e necessita da adição de açúcar para o aumento de sua palatabilidade. O tabaco tipo Burley é utilizado na mistura preferida dos brasileiros e é pouco exportado se comparado ao tipo Virgínia.

O trabalho na lavoura de tabaco desenvolvida nas pequenas propriedades demanda intensa participação da mão de obra familiar em todas as etapas de produção, e notadamente no preparo da terra, no plantio das mudas, e na colheita das folhas de tabaco, quando requer o envolvimento de praticamente toda a família. De um modo geral, diante do tamanho limitado das famílias produtoras – segundo NUPES (2004) em média 4,65 membros – e da necessidade da demanda de maior quantidade de trabalho nestas etapas, as famílias produtoras de tabaco acabam celebrando com as famílias vizinhas ou com seus parentes igualmente produtores de tabaco a troca de dias de trabalho como modo de viabilizar o plantio e a colheita da produção.

Outra prática entre as famílias de produtores de tabaco é a contratação de trabalhadores temporários para atuar principalmente na colheita do tabaco. Segundo dados do NUPES (2004) a média das pessoas contratadas por estabelecimento em 2004 no sul do

Brasil foi de 1,29 pessoas. Na microrregião de Santa Cruz do Sul, diante da redução das famílias rurais e dos constantes fluxos de migração para as maiores cidades, é cada vez mais difícil encontrar mão de obra disponível nas áreas rurais. Nesse sentido, tem crescido o número de trabalhadores urbanos contratados de modo informal e temporariamente pelos fumicultores durante o período da colheita do tabaco.

A dinâmica atual de produção de tabaco na região Sul do país também revela que para muitas famílias de pequenos agricultores a permanência nessa cultura ocorre pela inexistência de uma melhor opção econômica de reprodução social. Nesse sentido, pesquisa realizada em 2009 pelo Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), com 1.128 famílias produtoras de tabaco na região Sul do Brasil, aponta que 73% das famílias entrevistadas nos três Estados sulinos afirmam que se pudessem, deixariam de cultivar o tabaco, em razão da baixa rentabilidade auferida, do alto custo de produção, do emprego de agrotóxicos e dos riscos à saúde a que estão sujeitos, e da excessiva jornada de trabalho da família dedicada ao cultivo, bem como da falta de mão de obra temporária disponível nas áreas rurais, especialmente no período da colheita (DESER, 2012).

No atual processo de expansão da produção do tabaco, os processos de classificação e de comercialização do tabaco junto às empresas representam importantes etapas nos processos de reprodução social dos produtores rurais – pela definição do valor obtido com a produção – e também da acumulação e reprodução ampliada do capital pelas empresas multinacionais agroindustriais do tabaco. No período em análise, esses processos têm mantido de modo geral sua essência, mas podemos também identificar algumas novas características como a intensificação do enfrentamento entre produtores de tabaco e empresas quanto à normatização da classificação de tabaco e quanto à remuneração do trabalho familiar do fumicultor, e como a atuação renovada de intermediários na compra e venda do tabaco para as empresas – os chamados “picaretas”.

A classificação do tabaco manteve sua importância no processo de comercialização, pois representa para os produtores de tabaco a possibilidade de se obter uma remuneração maior ou menor pelo tabaco produzido. Já para as empresas tabaqueiras, a classificação torna-se uma estratégia de controle da qualidade do tabaco a ser comprado, de definição do pagamento da produção do tabaco, e de subordinação econômica dos agricultores. Geralmente, em períodos de grande oferta de tabaco, a tendência tem sido que as empresas pratiquem uma classificação mais rigorosa do produto entregue pelos agricultores, determinando a desvalorização da produção de tabaco. Já quando há uma oferta menor de tabaco tem-se por parte das empresas uma classificação menos rigorosa, favorecendo o pagamento de valores maiores aos agricultores (SILVEIRA, 2007 e 2011).

Também é preciso considerar que essa manipulação dos preços do tabaco pago aos fumicultores por parte das empresas ocorre de modo articulado com o processo de desvalorização ou não do dólar, moeda em que o tabaco brasileiro é negociado no mercado mundial. De acordo com o DESER (2013, p.2):

Neste período, para compensar a queda no dólar e da demanda mundial, as empresas passaram a adotar a política que combinava uma classificação mais rígida, quando a oferta no mercado interno aumentava, com a não assinatura do protocolo de preços para a comercialização da safra, o que as deixavam mais livres para a definição dos preços pagos aos agricultores tendo em vista seu objetivo de manter ou aumentar sua taxa de lucro. (...) Ou seja, em anos em que o dólar cai e recuam as receitas com as exportações, as indústrias forçam queda ainda maior nos preços pagos aos agricultores. Em anos em que o dólar aumenta e as empresas passam a ganhar mais, estas até pagam um preço até um pouco maior aos agricultores, mas reajustam os preços em intensidade bem menor que o reajuste em suas receitas. Esta é a lógica da empresa capitalista. Nada de espanto. Isto explica em grande parte o enorme lucro que as fumageiras têm no Brasil, transformando este num verdadeiro paraíso.

O processo de comercialização do tabaco tem revelado uma total subordinação dos produtores de tabaco às empresas, na medida em que são elas que decidem, de acordo com seus interesses, o grau do rigor a ser adotado na classificação do tabaco. Atualmente, inexistem uma efetiva fiscalização, ou mesmo o arbitramento necessário e independente da classificação praticada na entrega do tabaco, por parte de representantes do governo federal ou dos governos estaduais.

A classificação do tabaco tem-se tornado mais complexa em razão das novas variedades de sementes e, portanto, das alterações na constituição da própria planta, das mudanças técnicas realizadas no modo de produção e na cura do tabaco, e em função dos novos padrões de qualidade exigidos pelo mercado mundial. Novas classes de tabaco foram criadas através de portarias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dificultando o domínio pelos agricultores do processo de classificação e possibilitando às empresas melhores condições de apropriarem-se do sobretrabalho familiar dos produtores de tabaco.

Nesse período, nos momentos de comercialização do tabaco tem havido recorrentes embates políticos entre as entidades representativas dos produtores de tabaco a representação das empresas tabaqueiras quanto ao preço. Nesse processo, novas organizações como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e a Federação dos Trabalhadores Familiares da Região Sul (FETRAF-SUL) tem conquistado o espaço de representação dos produtores, diante da recorrente política de acordos e concessões da AFUBRA com o Sindicato das Empresas de Tabaco. Isso tem ocorrido já que, embora os rendimentos obtidos pela lavoura de tabaco comparativamente à área plantada das demais lavouras apresentem maior retorno aos agricultores, a cada safra tem ocorrido um contínuo aumento no custo de produção da lavoura, especialmente dos custos variáveis de produção, como a mão de obra familiar e contratada, os insumos químicos e a lenha, e as despesas financeiras com os bancos, diminuindo a margem de rendimentos obtidos pelos produtores.

Outra característica do atual processo de comercialização do tabaco tem sido a recorrente e a crescente participação de atravessadores ou intermediários na compra e venda do tabaco, que atuam periféricamente ao sistema integrado de produção, complexificando as relações de cooperação para a circulação do tabaco. Embora a presença de intermediários na comercialização do tabaco já ocorra desde a introdução da cultura do tabaco na região, a atuação desses agentes vem se intensificando e ganhando mais destaque no período recente. O intermediário, muitas vezes, é um ex-instrutor técnico aposentado ou desempregado de alguma empresa tabaqueira que por já possuir relações com os produtores acaba atuando no comércio do tabaco. Ou ainda, em alguns casos, é aquele produtor com recursos disponíveis que investe na compra e venda da produção de outros produtores, em maior dificuldade econômica. Em ambos os casos, o que move o intermediário é a possibilidade de obter ganhos econômicos adicionais através da prática de compra e venda de tabaco a preços diferenciados entre o produtor e a indústria. O aumento das ações desses agentes na região se deve a duas razões básicas. Uma primeira se refere às condições financeiras adversas em que muitos dos produtores de tabaco se encontram no final de cada ano, antes do começo da compra da safra de tabaco pelas empresas agroindustriais, que acabam levando os produtores de tabaco a procurar, ou mesmo aceitar, as ofertas dos intermediários, vendendo parte da sua produção por valores abaixo do mercado. A outra razão tem sido a mobilização desses agentes, ainda que velada, pelas próprias empresas, na medida em que buscam assegurar o fornecimento do tabaco necessário para honrar seus compromissos internacionais, especialmente quando há eventuais quebras de safra, decorrentes de eventos naturais (granizo, chuvas, seca, etc.) ou quando há interrupção na entrega do tabaco pelos produtores, enquanto estratégia para barganhar melhores preços junto às empresas (SILVEIRA, 2007).

A posição das empresas a esse respeito tem sido ambígua. Embora o SINDITABA-

CO costume afirmar que essa prática pode afetar o funcionamento do tradicional sistema integrado de produção, na medida em que pode gerar conflitos entre as empresas por conta da disputa pelo tabaco produzido por produtores integrados a distintas empresas, igualmente as empresas têm se valido dessa estratégia para viabilizar a continuidade do fornecimento do tabaco e garantir o atendimento da demanda de seus clientes no país e no exterior. Outro efeito dessa prática é a evasão de recursos dos cofres municipais, uma vez que se trata de operações clandestinas realizadas sem a emissão de nota fiscal, e sem o registro da quantidade de tabaco que está sendo comercializada.

Considerações finais

No período entre 1985 até o presente, no contexto de expansão do capital agroindustrial de tabaco, a região Sul do Brasil não apenas manteve-se valorizada como fortaleceu sua condição de lugar estratégico na produção e comercialização de tabaco em folha no âmbito mundial. As condições ambientais diferenciadas favoráveis ao cultivo das principais variedades de sementes de tabaco, o conhecimento tácito, entre os agricultores, do cultivo de tabaco, a elevada qualidade e o baixo custo de produção do tabaco brasileiro decorrente do emprego da mão de obra familiar, o crescente aperfeiçoamento tecnológico do seu modo de produção e processamento e a intensa regulação das relações de produção através do sistema integrado de produção são atributos territoriais que continuaram pesando na escolha da região.

A expansão e a consolidação do complexo agroindustrial do tabaco instalado na região têm se caracterizado por constantes investimentos realizados pelo capital multinacional na região visando ao aumento da produção de tabaco, através da crescente ampliação do número de produtores integrados. Também tem se caracterizado pelo desenvolvimento da pesquisa e da inovação tecnológica aplicadas ao aperfeiçoamento dos processos de plantio e de cura do tabaco, pela ampliação e a modernização de suas usinas de beneficiamento na região o que têm sido decisivos para ampliar de modo significativo o volume de produção e a produtividade agrícola do tabaco, a capacidade de processamento industrial e de exportação.

Entretanto, observamos também que na etapa de produção do tabaco, envolvendo o plantio, a colheita e a cura, tais inovações técnicas não significaram a supressão do trabalho manual dos agricultores, que continua sendo essencial para a manutenção dos diferenciais de qualidade do tabaco em folha produzido na região. A produção de tabaco manteve-se como antes, essencialmente, sendo realizada através do emprego intensivo da mão de obra dos agricultores familiares e regulada pelo sistema integrado de produção. A normatização desse sistema, através da celebração de contratos de compra e venda de tabaco entre agricultores e empresas agroindustriais, continuou sendo o principal meio de regulação das relações sociais de produção entre esses atores. Regulação essa que através da circulação de informações, ordens e capitais viabilizou a introdução de inovações técnicas e organizacionais na produção e na comercialização da matéria-prima, assegurando a continuidade do fornecimento do tabaco nas quantidades e qualidades desejadas pelas empresas, e ampliando suas margens de lucratividade através da extração do sobretrabalho dos agricultores, dada a manutenção de uma baixa remuneração da produção de tabaco em relação ao seu efetivo custo de produção.

Por fim, diante desse contexto de incerteza quanto ao futuro da fumicultura no Sul do Brasil, em razão dos reflexos da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco como a tendência à diminuição do consumo do tabaco em médio e longo prazo, é de fundamental importância que o Estado brasileiro desenvolva e implante políticas públicas de reconversão e ou de diversificação econômica para as áreas de produção de tabaco. Em 2005, com a assinatura pelo Brasil da Convenção Quadro, o Governo brasileiro criou o Programa Nacional de Diversificação em Áreas Cultivadas com Tabaco, programa implementado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, e que até 2010 investiu em torno de R\$. 15 milhões em ações do programa.

Se por um lado não se discute a importância dessas ações, por outro é preciso reconhecer

que o volume é ainda muito insuficiente diante de aproximadamente 180 mil famílias que atualmente estão integradas e subordinadas economicamente às agroindústrias do tabaco, em cerca de 700 municípios da região Sul do Brasil. A ainda muito limitada ação do governo federal na ampliação desse programa evidencia por sua vez a contradição do Estado brasileiro em relação à sua posição quanto à produção tabaco, já que o governo federal tem nessa cultura importante fonte de arrecadação de impostos. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o Brasil arrecadou em 2011, cerca de 9 bilhões em impostos sobre a produção de tabaco e cigarros. Montante, portanto, substancialmente superior ao que vem sendo investido nos processos de reconversão e de diversificação das áreas de produção de tabaco no Sul do Brasil.

Referências

AFUBRA - ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. **Dados sobre a fumicultura brasileira**. Disponível em <www.afubra.com.br>. [Acesso em 05 junho, 2010].

BUAINAIN, Antônio. M. e SOUZA FILHO, Hildo Meireles (Org.). **Organização e funcionamento do mercado de tabaco no Sul do Brasil**. Campinas: Unicamp. 2009.

CORREA, Roberto. L. 1994. Territorialidade e corporação: um exemplo. In. SANTOS, M., SOUZA, M. A. e SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p. 251-256.

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais. **A fumicultura no Brasil e a Convenção-Quadro para Controle do Tabaco**. Curitiba, Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.deser.org.br/pub_read.asp?id=109 [Acesso em 05 junho, 2009].

_____. **A produção de tabaco, a pobreza e o desenvolvimento**. Boletim Eletrônico n° 5. Dezembro, de 2012. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/APDTAPEOD.pdf> [Acesso em 15 abril 2013]

_____. **Fumo e mercado mundial: manipulação por parte das fumageiras**. Boletim Eletrônico n° 7, Fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.deser.org.br/documentos/imagem/FEEMM-PPDF.pdf> [Acesso em 15 abril 2013]

ETGES, Virginia. E. **Sujeição e resistência: os camponeses gaúchos e a indústria do fumo**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1991. 209 p.

FAO - FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. **Projections of tobacco production, consumption and trade to the year 2010**. Rome, Italy. 2003. <<http://www.fao.org>>. [31 de maio de 2005].

IBGE. **Censos Agropecuários de 1985, 1996 e 2006**. Rio de Janeiro. SIDRA – Banco de Dados Agregados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> [Acesso em 20 de junho de 2010].

IPEADATA – **Dados sobre a produção agropecuária no Brasil**. IPEADATA Regional, 2010. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/> [Acesso em 20 de novembro de 2010].

NARDI, Jean. B. **O fumo brasileiro no período colonial**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1996. 432 p.

NÚCLEO DE PESQUISA SOCIAL. Diagnóstico socioeconômico dos pequenos produtores agrícolas no Sul do Brasil: uma comparação entre fumicultores e não fumicultores. **Relatório de Pesquisa**. NUPES/UNISC, outubro de 2004.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Ed. Hucitec, SP. 1996.

SANTOS, Milton. A. e SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SILVEIRA, Rogério L. L. da. **Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo - RS**. Florianópolis, SC. Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC. 2007. 578 p.

_____. Rede agroindustrial do tabaco e a dinâmica de organização espacial e de usos do território na região Sul do Brasil. Relatório Final de Pesquisa. Santa Cruz do Sul: CNPq/UNISC, janeiro, 2011. 170 p.

SINDITABACO - SINDITABACONEWS. **Desafios para 2012**. Janeiro, fevereiro e março, 2012. Disponível em: <<http://www.sinditabaco.com.br/pdf/sindinews.pdf>>. [Acesso em 31 jan, 2012].

Correspondência:

Rogério Leandro Lima da Silveira

E-mail: rlls@unisc.br

Recebido em 08 de março de 2014.

Revisado pelo autor em 23 de julho de 2015.

Aceito para publicação em 24 de agosto de 2015.